



A GUERRA CIVIL DA SÍRIA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA MIGRATÓRIA DA UNIÃO EUROPÉIA

Christian Alberto Becker Scarduelli

Aluno do CAEM da ECEME

Letiane Lopes de Freitas

Assessora Jurídica do 5º Gpt de Eng

1. INTRODUÇÃO

A Guerra Civil da Síria completou mais de uma década desde o seu início, a partir dos movimentos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe. O grande número de pessoas mortas e deslocadas faz desse conflito um dos mais graves da história contemporânea e que até o momento não se vislumbra seu fim.

A atual região da Síria sempre foi palco de diversos conflitos ao longo dos séculos, em virtude de sua posição estratégica, e que somado à problemas políticos, econômicos, sociais e da constante instabilidade decorrente da diversidade étnica e religiosa da população, culminou na eclosão da Guerra Civil em 2011.

Diante desse cenário, foi necessária a atuação de atores internacionais para mitigar as consequências da guerra, particularmente da União Europeia (UE), que tem sofrido diversos reflexos fruto do deslocamento de refugiados. Desde então, o bloco europeu tem executado acordos entre seus membros para resolver os problemas advindos da migração descontrolada e coibir a imigração ilegal e sem controle, buscando formular regras comunitárias entre os países membros e condições adequadas de recepção aos refugiados.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Síria é um país que possui uma história milenar que remonta às primeiras civilizações que habitavam a região da Mesopotâmia, onde desde então diversos povos e etnias estiveram presentes. A importância dessa localização geográfica como ligação e ponto de confluência entre o continente europeu, africano e asiático fez com que fosse alvo de diversas disputas nessa região, à época conhecido como “Levante”, e que fez parte de diferentes impérios e reinos, como do Império Otomano

(SABINO, 2018).

O período de influência europeia ocorrida a partir do século XVIII acirrou disputas econômicas na região até então dominada pelo Império Turco-Otomano, principalmente em razão da busca por rotas comerciais como consequência da Revolução Industrial. A contínua presença europeia fomentou o acirramento de conflitos religiosos entre os diversos grupos distintos, sendo que a interferência na dinâmica política e social do Império Otomano era feita por meio das minorias religiosas. Dessa forma, a “França declarou-se protetora dos católicos; a Rússia ofereceu proteção aos ortodoxos; e a Inglaterra se colocou como protetora dos druzos e dos judeus” (PETROCELLI, 2019, p. 3).

No início do século XX, a região otomana já estava fortemente influenciada pelos países europeus. Durante a Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano determinou o alistamento obrigatório para todos os membros das províncias, independente da religião. Isso fez com que diversos grupos contrários ao regime imperial se aproximassem dos países europeus sob a promessa de apoio para uma futura independência dos países da região (HITTI, 1959), favorecendo um acordo secreto entre Inglaterra e França que tinham pretensões na região, chamado de Acordo Sykes-Picot.

Após a Grande Guerra, o povo árabe conquistou sua independência do Império Otomano, mas permaneceu em zonas de influência sob controle de países europeus. Em 1920, os franceses receberam da Liga das Nações o mandato dos atuais Líbano e Síria (ZAHREDDINE, 2013). Especificamente quanto ao território sírio, o elemento étnico/religioso pautou a divisão sucedida entre 1920 e 1923 em 6 estados: Aleppo e Damasco (maioria sunita); Jabal Druze (maioria drusa); Grande Líbano (maioria cristã); Alai (maioria alauita) e Alexandreta (de maioria turca) (CLEVELAND e BUNTON, 2009 apud PETROCELLI, 2019, p.5).



A imposição dos interesses das potências europeias, quanto ao “dividir para reinar”, resultou na fragmentação social e política que levou a permanente instabilidade regional nos anos que se sucederam. Tal descontentamento da população proporcionou constantes atritos com a França, que somados a pressão internacional exercida pelas Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial, a fim de que os franceses abrissem mão de seus protetorados, culminou com a independência da Síria em 1946, permanecendo os muçumanos sunitas como a maioria da população e diversos grupos minoritários geograficamente identificáveis e importantes como alauitas, drusos e cristãos (FEITOSA, 2016).

Os anos seguintes à independência síria foram marcados pela disputa do poder entre diferentes grupos, com sucessivos golpes políticos até o ano de 1971, quando o Partido Baath de fato conseguiu se sobrepor no poder e implementar uma política alinhada ao bloco soviético, graças ao golpe militar executado por Hafez al-Assad (ZAHREDDINE, 2013).

No ano de 2000, o presidente Hafez al-Assad veio a falecer e, por meio de uma manobra política realizada pelo partido Baath, o seu filho, Bashar al-Assad, é declarado como o novo presidente do país (OMRAN, 2014).

3. AGUERRA CIVIL DA SÍRIA

O Governo de Bashar al-Assad, desde seu início, foi marcado por grande opressão e perseguições políticas contra opositores que estavam descontentes com a crise social e econômica do país (COSTA, 2018).

A partir de 2010, surgiram protestos em busca de melhores condições de vida e contra governos ditatoriais em diversos países do Norte da África e do Oriente Médio, conhecidos como Primavera Árabe (MCHUGO, 2014). Esse movimento de fato se iniciou no território sírio em 2011, decorrente das falhas do regime de Assad em realizar diversas ações no campo político e econômico que havia prometido.

As autoridades militares eram em sua maioria pertencentes ao grupo alauita, enquanto os militares de postos inferiores, assim como os demais manifestantes, eram de origem sunita e representavam a maior parte da população, passando a questionar às ordens recebidas dos superiores (PETROCELLI,

2019). Desse modo, os choques entre os grupos pró e contra Assad iam assumindo um aspecto sectário religioso, à medida que os sunitas começavam a atacar os grupos minoritários (GOULART, 2021).

O alargamento dos conflitos entre forças do regime e grupos rebeldes, já com caráter armado, configurou o início da guerra civil que devastou o país, sendo considerada o maior desastre humano do século XXI por muitos estudiosos (MCHUGO, 2014).

No ano de 2012, os insurgentes passaram a atacar as principais cidades da Síria, com destaque para Aleppo e Damasco, confrontando muçumanos sunitas contra os alauitas, que era o ramo xiita de Bashar al-Assad (SANFELICE, 2018).

Cabe destacar que durante o conflito na Síria o grupo *jihadista* Estado Islâmico, que surgiu em 2011, rompeu ligações definitivas com a Al-Qaeda, expandindo seu foco de atuação no território sírio, resultando num forte crescimento do grupo e acarretando mais um problema ao território sírio (PETROCELLI, 2019).

Quanto aos aspectos internacionais, o confronto sírio se transformou em um complexo jogo geopolítico a partir do envolvimento de países regionais e potências globais, o que tem impossibilitado uma solução para o conflito (SANFELICE, 2018). Formou-se uma posição contra Assad composta pelos Estados Unidos da América e seus aliados ocidentais que apoiavam os grupos sunitas. Em contrapartida, os países a favor de Assad eram liderados pela Rússia, sendo Irã e China aliados de grande relevância (PACHECO, 2016).

Os efeitos da guerra, desde 2011, têm levado a um fluxo de refugiados sem precedentes, abalando principalmente a estrutura política da União Europeia, o que determinou inicialmente uma resposta rápida e eficiente em relação ao movimento sírio, buscando resguardar os preceitos da ajuda humanitária, bem como salvaguardar os interesses econômicos, políticos e sociais dos seus nacionais.

4. IMPACTOS NA POLÍTICA MIGRATÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia tem sido um dos principais destinos de refugiados da Guerra Civil da Síria desde seu início. Milhares de



peçoas se apresentam nas fronteiras do “Velho Continente” na esperança de conseguirem sobreviver ao colapso que a guerra causou ao Estado sírio, tendo o fluxo se intensificado a partir do ano de 2015 e impactando de sobremaneira os países do bloco.

De acordo com o Parlamento Europeu (2017), o aumento da imigração na Europa exigiu atitudes mais contundentes diante dos desafios apresentados. A necessidade de políticas de migração regular e irregular e, ainda, regras comuns de asilo à escala da União Europeia, são questões que corriqueiramente compõem pautas de reuniões no âmbito europeu.

A Europa é um continente que historicamente acolheu migrantes e refugiados em diferentes oportunidades, principalmente quando da dissolução de impérios e do surgimento de vários países independentes (LOPES, 2018).

Cabe uma digressão histórica anterior à crise supracitada quanto a política migratória da União Europeia, que sempre foi pautada como uma política exterior e de segurança comum para garantir “uma gestão eficaz dos fluxos migratórios, um tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros que residam legalmente nos Estados-Membros, bem como a prevenção da imigração ilegal e do tráfico de seres humanos” (LAUREANO; RENTO, 2014, p.101).

Contudo, a política migratória original se baseava no fato de que cada país membro possuía liberdade para decidir suas próprias políticas de asilo, sendo de jurisdição exclusiva. Dessa forma, a ideia de uma política comum se configurou como um objetivo a ser atingido pela Comissão Europeia, de forma a facilitar os processos entre os membros do bloco e dar maior eficiência na proteção dos indivíduos necessitados (MARY, 2016). Nesse sentido, o Sistema Europeu de Comum Asilo estipulou normas básicas e procedimentos quanto aos requisitos necessários para solicitação de asilo. (SARAIVA, 2017). Em 2008, em paralelo a diversos protocolos, foi estabelecido o Pacto Europeu de Comum Asilo, que representou mais uma ação pela busca da harmonização de políticas migratórias do bloco, por meio de colaborações mais eficazes entre seus membros, atribuindo responsabilidades específicas a cada um (MAGALHÃES, 2016).

Após o início da migração de sírios para o bloco europeu, uma das soluções encontradas para a modificação do Sistema Europeu de Comum Asilo (SECA) foi a implementação de uma Agenda Europeia de Migração, proposta pela Comissão Europeia

em 13 de maio de 2015 (BREDA; JESUS, 2019). Assim, medidas foram estabelecidas para enfrentar a crise, tendo como objetivos a definição de prioridades nas questões migratórias, de refugiados e de fronteiras para os anos subsequentes. Ações de execução imediatas foram definidas, dentre as quais a partilha de tarefas entre o Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e a Agência da União Europeia de Cooperação Policial, de forma a ser concebida uma maior sinergia entre todos e com objetivos claramente definidos, implicando em uma maior capacidade de trabalho com os Estados mais afetados, para identificar, registrar e recolher com maior celeridade os dados dos migrantes que chegam à União Europeia (RIJO, 2017).

Outro marco importante foi a Declaração União Europeia-Turquia celebrado em março de 2016, em decorrência do alto fluxo de refugiados sírios que vinham da Turquia. Esse acordo previu que todos os refugiados que adentrassem à Grécia de maneira irregular fossem devolvidos à Turquia e, em contrapartida, a UE deveria receber refugiados indicados pelo governo turco para ingressarem de forma legal na Europa (PACHECO, 2016).

Assim, diante dos desafios impostos à União Europeia por conta da crise migratória ao longo da última década, os países membros passaram a preocupar-se com uma política comum ao bloco, visto que os reflexos incidem não somente em um único país, mas em todos os seus integrantes. O grande fluxo de pessoas buscando acesso ao continente tem demandado das autoridades competentes uma articulação interna ao bloco visando atingir uma política de comum acordo e de equidade entre todos.

5. CONCLUSÃO

Os problemas que envolvem o conflito da Síria remontam tanto a existência de causas profundas, relacionadas à época do Império Turco-Otomano e ao momento da formação do Estado Sírio, quanto às circunstâncias mais recentes, como o período da ditadura da família al-Assad.

O povo sírio, impulsionado pela onda de protestos no Oriente Médio, clamou por mudanças políticas e por melhores condições sociais de vida, resultando em uma severa retaliação por parte do governo ditador e que serviu de estopim para o início



da guerra civil no país. Ademais, as tentativas de resolução do conflito têm sido prejudicadas em razão de diversos interesses na região, principalmente por parte dos Estados Unidos e Rússia, o que acarreta ainda em uma maior tensão ao conflito.

As graves consequências dessa guerra se refletem principalmente na população local, com inúmeras mortes e muitas pessoas vivendo em estado de pobreza. Além disso, a quantidade expressiva de sírios migrando internamente na síria e para outros países evidenciaram a gravidade da situação, tornando-se uma preocupação para a comunidade internacional.

Muito dos sírios buscaram a Europa como única opção de sobrevivência e alternativa para recomeçarem suas vidas. Em razão da grande quantidade de pessoas, o “Velho Continente” não conseguiu absorver a demanda de refugiados, dando origem a um grave problema humanitário.

Os países europeus mais próximos à Síria tiveram grande dificuldade em controlar as fronteiras e absorver todo o controle do processo de solicitação de asilo, não solucionando o problema. Além desses aspectos, a necessidade posterior de acompanhamento dos refugiados em termos de educação, saúde, programas sociais e adaptação ao novo país, configuravam outra etapa que a União Europeia necessitou de adaptação. Alguns membros alegaram não terem condições de receber a grande quantidade de pessoas interessadas em migrar para a Europa, abrindo suas fronteiras para passagem dos refugiados na direção de outros países do bloco, sobrecarregando outros membros e gerando uma crise interna.

A União Europeia, a fim de salvaguardar seus interesses, propôs uma série de medidas, com o intuito de inicialmente barrar o acesso de sírios que tentavam cruzar as fronteiras para adentrar à Europa de forma irregular.

Isso acabou por comprometer os sistemas sociais internos aos países e dificultou a adoção de uma política comum logo no início da crise migratória. No entanto, a partir da escalada da problemática com o aumento do número de refugiados, a União Europeia trabalhou no sentido de adequar sua legislação de forma mais consistente e cooperativa entre os países do bloco, o que nos últimos anos vem caminhando para um resultado mais positivo, a exemplo do Pacto Europeu de Comum Asilo.

Por fim, conclui-se que a crise dos refugiados não foi e continua não sendo uma situação que possa ser evitada pelos

países da Europa. A ajuda humanitária a ser proporcionada justamente pelos países que já viveram os dois maiores conflitos mundiais é quase que uma obrigação do “Velho Continente”, não havendo outra opção aos seus governantes que não seja a de solucioná-la e de trabalhar em sinergia para a resolução desta crise humanitária, corroborando para a busca da paz social em seus territórios.

REFERÊNCIAS

- BREDA, Gabriella Wotkosky; JESUS, Layse Rodrigues de. **As Políticas Migratórias da União Europeia e o Contemporâneo caso Italiano**. XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. XVI Simpurb. Vila Velha, 2019.
- COSTA, Leandro Santos da. **Estado Islâmico: Análise de sua expansão na Síria**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.
- FEITOSA, Alexandre Mariano. **As ações da ONU na Guerra da Síria: Uma experiência multicultural**. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2016.
- GOULART, Gabriela Lopes. **Estado, Soberania e os Curdos na Guerra Civil da Síria**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2021.
- HITTI, Phillip K.. **Syria: A Short History**. New York: The Macmillan Company, 1959. 271 p.
- LAUREANO, Abel; RENTO, Altina. **Consequências das Divergências entre os Estados no Desenvolvimento do "Espaço Schengen" da Europa**. Universidade do Porto. Revista de Derecho, n. 42, p. 96-116. Porto, 2014.
- LOPES, Rita. **Crise dos Refugiados: O Acolhimento de Refugiados na União Europeia – Uma Análise Crítica (2011-2016)**. Católica Instituto de Estudos Políticos. Lisboa, 2018.
- MAGALHÃES, Patrícia Santos. **A União Europeia e a Segurança Humana – O Caso dos Refugiados Sírios**. Universidade de Minho. Braga, 2016.
- MARY, Lucy. **A Situação dos Refugiados Sírios: Uma Análise das Políticas Migratórias da União Europeia e do Brasil**. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2016.
- MCHUGO, John. **Syria: A Recent History**. London: Saqi Books, 2014. 304 p.
- OMRAN, Muna. **As marcas da história na Guerra Civil Síria**. Rio de Janeiro: Revista Topoi, v. 15, n. 28, jan./jun. 2014, p. 366-371.
- PACHECO, Fabio de Oliveira. **A Crise Atual dos Refugiados e a transformação do tema refugiado em questão de segurança por parte dos países da Europa**. Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC. Recife, 2016.
- PARLAMENTO EUROPEU. **A migração na Europa**. Atualidade. 2017. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/2>>



0170629STO78632/a-migracao-na-europa>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PETROCELLI, Leonardo Johas. **O Conflito sírio como resultado da formação territorial: poder político e sectarismo religioso.** A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo. XIII Enanpege. São Paulo, 2019.

RIJO, Diana Filipa Rodrigues. **A União Europeia face à crise dos migrantes e refugiados: Um ator dividido sob escrutínio.** Universidade do Minho de Portugal. Braga, 2017.

SABINO, Paulo Manuel Duarte. **A Guerra Civil da Síria: Subsídios para uma compreensão do seu impacto global.** Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Academia Militar, Lisboa, 2018.

SANFELICE, Guilherme Tasso Dantas. **As interferências externas no Regime de Bashar al-Assad e suas contribuições para o prolongamento da Guerra Civil na Síria.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

SARAIVA, María Francisca Alves Ramos de Gil. **A securitização da crise dos refugiados na Europa. Implicações para o complexo de regimes sobre migrações internacionais.** Revista de Estudios em Seguridad Internacional. Vol 3, N° 1. Granada, 2017. ISSN: 2444-6157

ZAHREDDINE, Danny. **A Crise na Síria (2011-2013): Uma análise multifatorial.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Revista Conjuntura Austral. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre: Volume 4, Número 20, Outubro-Novembro 2013.